1 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**
2 **Lei Municipal nº 1378/94**
3 **Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011**

4
5 **Ata nº 004/2014**
6

7 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de
8 Santos – CMAS, realizada no dia 10 de março de 2014, na sede da Casa de Participação
9 Comunitária, situada à Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Santos/SP, com a presença de
10 conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo que faz parte
11 integrante desta ata. Em segunda chamada, a Sra. Maria de Lourdes Braz Joaquim
12 Velasques, Presidente, cumprimenta e agradece a presença de todos os presentes e
13 passa a seguir para o **Item 1 – Apreciação e Deliberação da ata da Assembleia Geral**
14 **Ordinária do dia 04.02.2014** – APROVADA, com a ressalva nas linhas 146 e 147, a
15 pedido da Sra. Luci Freitas, acrescenta - consultem o “Google” com as palavras: OSS,
16 PPPS, OSCIP e desvio do dinheiro público. A Sra. Presidente Maria de Lourdes salienta
17 que houve uma reportagem no jornal A Folha de São Paulo, no qual tratava do assunto
18 de desvio do dinheiro público. Este é um assunto que já vem sendo discutido e cabe ao
19 CMAS acompanhar o processo, mas não é ele quem vai definir, e se houverem
20 problemas faz parte da própria sociedade civil apresentar denúncias, pois qualquer
21 pessoa pode apresentar denúncia se verificar que esteja ocorrendo alguma
22 irregularidade. A pedido do conselheiro Sr. Walter, a Sra. Presidente apresenta para
23 plenária a solicitação de inversão de pauta e passa para o **Item 7 - Devolutiva visita ao**
24 **SEACOLHE – AIF** - Esta visita foi solicitada pelo CMAS e foi realizada com os seguintes
25 conselheiros: Sr. Walter, Sra. Fernanda e Sr. Ari. O Sr. Walter informa que foi em
26 horário antes do combinado com os outros conselheiros e que o que ele presenciou foi
27 uma coisa diferente do que os outros conselheiros viram depois, no momento de sua
28 visita a limpeza esta impecável, havia dois cadeirantes, as camas todas arrumadas, são
29 em média 80 pessoas que frequentam o lugar, e em conversa com a Selma – Chefe do
30 Abrigo, que ao ser questionada sobre o uso de drogas no local, a mesma informou que
31 a revista é feita, porém o uso de drogas existe, e a noite quando identifica alguém
32 usando drogas a pessoa é retirada do local. Informa “é uma situação bem difícil e sanar
33 nós não temos como, temos sim que ver qual a melhor forma de encaminhar estas
34 pessoas ao tratamento” (sic). Quanto à falta de ventiladores Selma informa ser real o
35 problema, o calor é muito grande, a casa toda é fechada. Sr. Walter aponta a
36 necessidade em retornar para nova visita com a presença da Presidente do CMAS, sem
37 aviso desta visita, e em horário que possamos fazer uma avaliação mais profunda. É
38 um trabalho muito amplo e complicado para que depois possamos nos manifestar e
39 tomarmos uma posição, pois o papel do conselho deve ser construtivo e não punitivo,
40 assim consigamos apresentar propostas de melhoras neste serviço e sanar algumas
41 irregularidades. Foram instaladas câmaras em todo o equipamento, mas é preciso um
42 funcionário treinado para vigiar estas imagens, nos banheiros não há câmaras então o
43 uso de drogas pode ser feito dentro dos mesmos. A Sra. Presidente pergunta em qual
44 horário o Sr. Walter fez a visita, o mesmo informa que foi realizada no horário das 18
45 horas até às 19 horas. O conselheiro, Sr. Ari, complementa que realizou sua visita no
46 horário das 20 horas e pode observar que as pessoas ficam aguardando do lado de
47 fora do equipamento aguardando a revista, naquele dia não estava chovendo, porém
48 se estivesse chovendo muitas pessoas estariam na chuva aguardando esta revista, que

49 não é tão minuciosa, pois a droga pode ser guardada em partes do próprio corpo, e
50 não há pessoas qualificadas e capacitadas para fazer estas revistas. A limpeza estava
51 impecável, porém observamos que o espaço do banheiro é pequeno e há cadeirantes
52 na casa e não existem pessoas na casa para dar apoio a eles, então, entre eles, os
53 mesmos se ajudam, para ir ao banheiro e para a cama. Há dois locais para guardarem
54 seus pertences na parte térrea e mesmo assim ficam amontoados. São identificados os
55 objetos, porém muito mal acondicionado. A ventilação é precária, os dois ventiladores
56 na recepção e na sala do técnico, são dos próprios funcionários. Por se tratar de um
57 galpão os ventiladores só fariam circular o ar no local, em um ar viciado. Como
58 sugestão abrir ventilação nas paredes do fundo, pois as frestas que existem são de
59 cinco centímetros. Segundo a responsável pelo local a capacidade total é de 80
60 pessoas, mas já passaram deste número de atendidos devido à demanda. No refeitório
61 não há extintores, não há mangueira para incêndio, não há nenhuma identificação de
62 saída de emergência e não foi observado nenhum plano de fuga. A Sra. Presidente
63 pede a palavra e informa as observações feitas pela conselheira Sra. Fernanda de
64 Souza Santos, pois a mesma não pode vir a esta assembleia por motivo de doença, mas
65 pediu que fosse relatada sua observação: “quando se transita a noite no equipamento
66 é forte o cheiro de drogas”. O Sr. Ari salienta que no interior deste equipamento é
67 permitido o uso do tabaco, porém a Sra. Presidente Lourdes Joaquim relembra que é
68 proibido por lei o uso de tabaco em lugares fechados. O Sr. Ari observa que do andar
69 de cima você olha os cômodos do andar de baixo no seu interior pois os mesmos não
70 possuem teto, segundo a responsável pelo local isto é uma orientação da SEAS para
71 que se haja uma visão do local, pois são observados por cima, no período da noite a
72 luz se apaga e não se vê mais nada, e fica um funcionário transitando pelo
73 equipamento para vê se há alguma intercorrência. Sr. Walter informa que há casos de
74 tuberculose, HIV e se preocupa com o acompanhamento que é dado a estes casos,
75 pois não adianta as pessoas só irem lá para dormir, é necessário que as assistentes
76 sociais acompanhem estes casos. A Sra. Luci Freitas, colaboradora, pede a palavra e
77 fala que no ofício de nº 77/2013 foi solicitado ao COMAD o plano para o projeto –
78 Recomeço, que se aprovado sejam feitas cópias deste documento e enviado ao CMAS
79 e a todos os conselheiros e colaboradores. O Sr. Rogério Santos – Secretário Chefe do
80 Gabinete do Prefeito, a pedido do Sr. Francisco Arthur Cabral, forneceu uma cópia o
81 qual entrego neste momento – Termo de Adesão: Crack é possível vencer, na cláusula
82 2ª, inciso 2, diz que a adoção de estratégias adequadas para a especificidades da
83 população a ser beneficiada considerando a dimensão social, cultural e econômica –
84 que são as políticas transversais; compromisso do município, o termo de adesão foi
85 assinado no dia 24 de maio de 2013, e este documento só chegou em nossas mãos em
86 30 de julho de 2013, através de cobrança nossa; já temos o comitê gestor municipal
87 cujo representante coordenador é o Sr. Eustazio – Vice Prefeito, que já foi o presidente
88 do COMAD, e esta área é específica do grupo de trabalho: saúde, assistência social,
89 educação e segurança, então questiono de como deva ser a abordagem na rua, na
90 porta do equipamento, e quem pode abordar, pois acho que nem a guarda municipal
91 deveria fazer isto, pois não está habilitado para isto, eu acho que é a policia civil ou
92 militar, onde está a busca ativa destes tuberculosos, onde está o PIA – Plano Individual
93 de Atendimento; devemos informatizar o cadastro único da população de rua e fazer
94 um plano onde tenha uma comissão interna nestes equipamentos onde o acolhido
95 tenha participação. O conselheiro Sr. Tiago pede a palavra e relata novamente que o

96 outro guarda fazia rondas com lanterna e com isto inibia o uso de drogas no abrigo e
97 depois que o mesmo foi transferido não ocorrem mais estas rondas. A Sra. Presidente
98 lembra a citação do Sr. Leandro, Vice- Presidente, que em cada equipamento deve ter
99 um Conselho Gestor pois isto foi uma deliberação em Conferência Municipal, e este
100 Conselho Gestor seria um grupo que iria verificar estas falhas junto com os
101 funcionários do equipamento e procurar as soluções para resolver. O Sr. Tiago informa
102 que a Sra. Selma, chefe do equipamento, pediu para que ele retirasse a denúncia que
103 havia feito a respeito das duas mães com seus filhos e ele se negou a retirar a
104 denuncia, salienta ainda que a assistente social Cristiane elevou muito o nível de
105 atendimento. A Sra. Presidente Maria de Lourdes reafirma que a conduta de pedir
106 para você retirar a denúncia é uma conduta anti-cidadã e antiética, que isto deve ser
107 motivo de discussão, conversa para se buscar soluções, não no caráter punitivo e sim
108 fazer o que é correto dando voz aos abrigados mesmos que sejam dependentes
109 químicos elas tem o direito de se manifestar. A Sra. Rejane, chefe de departamento da
110 proteção social especial da SEAS, pede a palavra e diz que apoia a visita e que quer ver
111 este relatório e que algumas providencias já estão sendo tomadas, por exemplo, as
112 câmeras que estarão sendo monitoradas e que precisa investir muito nas capacitações
113 e supervisões, para que cada um entenda qual é seu papel dentro dos equipamentos e
114 serviços. A Sra. Luci Freitas, colaboradora, pede a palavra e traz os pedidos dos
115 abrigados: que seja instalado guarda-volumes com cadeados, criar a comissão dos
116 acolhidos, caixa de sugestões, plataforma elevatória e mural com os deveres e
117 obrigações. O Sr. Walter, conselheiro, pede a palavra e diz que este trabalho de visita e
118 de relatório deve ser acompanhado pelo CMAS. A Sra. Lourdes, Presidente, diz que se
119 compromete a fazer esta visita e pergunta se mais algum conselheiro gostaria de ir
120 junto, e por deliberação da assembleia os conselheiros que irão serão: Tiago, Ari,
121 Walter, Fernanda e Maria de Lourdes. **Item 2 – Relato das Comissões Temáticas:** A
122 Sra. Presidente Maria de Lourdes leu o relato da comissão 1, que se reuniu no dia
123 25/02/2014, a íntegra deste relato se encontra no livro da comissão 1. Por sugestão de
124 nosso Vice-Presidente Sr. Leandro iremos em seguida fazer a apresentação do
125 Relatório de Execução Física. **Item 4 - Apreciação do Relatório de Execução Física dos**
126 **atendimentos prestados pelos serviços da Secretaria de Assistência Social: CRAS,**
127 **CENTROS DA JUVENTUDE, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, CENTROS**
128 **COMUNITÁRIOS, CREAS, CREAS POP, CASA DE ACOLHIMENTO (SEACOLHE – AIF E**
129 **SEACOLHE – CA), ABRIGOS INSTITUCIONAIS, FAMILIA ACOLHEDORA E REPÚBLICAS –**
130 **3º e 4º Trimestre/ 2013.** A Sra. Ana Paula Racca F. Lovecchio fez a apresentação do
131 Relatório de Execução Física, o mesmo se encontra no anexo desta ATA. Após a
132 apresentação e dirimidas todas as dúvidas os relatórios foram aprovados.
133 Apresentação do Saldo Reprogramado – o mesmo se encontra também no anexo desta
134 ATA. O Sr. Leandro fez a explicação do BPC na Escola – que é um programa do Governo
135 Federal criado em 2008 para atender crianças de 0 até 18 anos, o intuito do programa
136 é as barreiras que levam estas em idade escolar a não estarem frequentando uma
137 escola, ele é composto pelas 3 Secretarias: Assistência, Saúde e Educação – na qual a
138 Educação é a gestora do programa enquanto articuladora, a Secretaria da Assistência é
139 responsável pelo preenchimento dos questionários e pela visita domiciliar; em 2010 foi
140 feita nova adesão para este programa e hoje nós temos em Santos, 448 de crianças
141 entre 0 até 18 anos recebendo o Benefício de Prestação Continuada, estes casos
142 deverão ser visitados em conjunto por este grupo gestor: Assistência, Saúde, Educação

143 e Cidadania, onde é preenchido este questionário e lançado no sistema e o Governo
144 Federal só vai pagar mediante o preenchimento deste questionário. O município teve a
145 capacitação oferecida pelo Governo Estadual só em dezembro de 2013 e não poderia
146 dar continuidade a esta ação sem a capacitação. O MDS já informa quem são os
147 beneficiários, o município não vai atrás de nomes, pois o MDS já encaminha a listagem,
148 por isto munícipe que muda de residência é obrigado a avisar desta mudança. Em 2008
149 tínhamos 208 casos e agora em 2014 temos 448 casos. Sra. Ana Paula informa que o
150 SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo é a unificação de vários
151 serviços: PETI, PROJovem e IDOSOS. A conselheira Sra. Ana Lucia Rezende pergunta o
152 que é fortalecimento de vínculo, e assim o Sr. Leandro explica que SCFV – Serviço de
153 Convivência e Fortalecimento de Vínculo é um serviço tipificado Resolução 109 de
154 11/11/2009 do Governo Federal, atende crianças de 0 até 17 anos e idosos, são ações
155 desenvolvidas em grupos com famílias referenciadas ao CRAS ou PAIF (Programa de
156 Atendimento Integrado a Família) por faixa etária 0 a 6 anos, de 7 a 14 anos, de 15 a 17
157 anos e idosos, no nosso municípios estamos reordenando este serviço, não existe mais
158 grupos específicos, são ações em grupo para ser trabalhar a prevenção. A Sra.
159 Presidente Lourdes diz que entende o questionamento da Ana Lucia pois desde o ano
160 retrasado este conselho questiona o número de crianças em situação de trabalho
161 infantil, onde estão estas crianças, uma vez que não temos o número, como identificar,
162 se a comissão do CMPETI não estava articulada e não sabia dos números, pois a
163 Secretaria apontava um número e o Governo Federal apontava outro número, quem
164 são estas crianças que trabalhavam, supostamente elas estão inseridas nestas famílias
165 mas ainda não estão totalmente identificadas. A conselheira Sra. Ana Lucia diz que
166 questionou como este recurso está sendo gasto. O Sr. Leandro Vice Presidente explica
167 que temos duas discussões distintas, uma é o SCFV – Serviço de Convivência e
168 Fortalecimento de Vínculo, que antes da unificação tínhamos piso: IDOSO, PETI e do
169 PROJovem e a partir do reordenamento o MDS agrupou estas ações em um único
170 piso, que é executado pela Proteção Social Básica, com famílias referenciadas ao CRAS,
171 vinculadas ao PAIF. No PETI a partir que é identificada uma criança no trabalho infantil,
172 através da busca ativa que é realizada pela ONG APASEM conveniada, identifica estas
173 crianças e referencia ao CREAS, que faz o atendimento à família, a notificação do
174 trabalho infantil e faz a contra referência ao CRAS, pois o atendimento deste é no
175 território e que em conjunto com o CREAS faça o atendimento desta família, visando o
176 fortalecimento desta família, visando a não reprodução desta situação de trabalho
177 infantil e esta criança passa a ser inserida em um grupo de SCFV – Serviço de
178 Convivência e Fortalecimento de Vínculo. Ainda estamos num processo de
179 reordenamento, temos um convênio com o Educandário Santista, que em parceria
180 com nossos Centros da Juventude será ampliado para Centro da Convivência para que
181 possamos estar articulando grupos para trabalhar convivência e o fortalecimento de
182 vínculos. A partir do reordenamento a SEAS irá identificar grupos por faixa etária e
183 talvez por território e assim será aplicado este recurso do SCFV – Serviço de
184 Convivência e Fortalecimento de Vínculo. A Sra. Ana Paula continua com a
185 apresentação do relatório do Saldo Reprogramado e cita foi transferido para a SECOR
186 um montante de R\$ 225.000,00 reais para ser utilizado em campanhas de publicidade
187 do PETI. A Sra. Maria de Lourdes Presidente pede a palavra e diz que foi solicitado
188 esclarecimento sobre esta transferência e qual a divulgação a ser feita. A Sra. Laureci,
189 SEAS, diz que este montante ainda não foi transferido e sim empenhado, para um

190 contrato que a SECOR tinha de propaganda e divulgação e isto ainda vai acontecer,
191 não veio nenhuma nota para pagamento ainda, foi feito um aditamento para incluir
192 este serviço, mas o empenho é da SEAS e quando for executado irá vir à nota para o
193 pagamento. A Sra. Presidente Maria de Lourdes questiona se isto não teria que ter sido
194 trazido ao CMAS para que fosse aprovado em assembleia. A Sra. Laureci responde que
195 o contrato iria vencer. A Sra. Presidente salienta que independentemente disto teria
196 que ter passado pelo conselho. A Sra. Luci Freitas diz que isto é um ingerência para
197 com este conselho. A Sra. Presidente diz que se o recurso está no FMAS dentro do
198 PAEF, foi feito um empenho para ser utilizado em uma campanha, que campanha é
199 esta, que recurso é este e quando o CMAS irá aprovar? Por isto quando foi feita a ATA
200 da comissão 1 foi pedido para que se esclarecesse do que se tratava este valor, pois
201 não passou pelo conselho e o conselho desconhece esta campanha. A Sra. Presidente
202 pede para a assembleia deliberar que se encaminhe um ofício a SEAS, solicitando
203 explicações sobre o empenho do recurso de R\$ 225.000,00 do Saldo Reprogramado
204 que foi transferido para a SECOR, qual a utilização do recurso , pois cada item que
205 aprovamos a nossa responsabilidade são de cinco anos enquanto conselheiro, pois
206 estamos aprovando algo que não conhecemos e não sabemos como será a campanha;
207 então como proposta proponha que haja restrições a este Saldo Reprogramado. A Sra.
208 Luci Freitas, colaboradora, pede a palavra e solicita que seja entregue aos conselheiros
209 novos a Resolução Normativa nº 33/2012 - CNAS, pois esta escrito que o conselheiro
210 deve ser informado com antecedência sobre o que será aprovado. O Sr. Leandro Vice-
211 Presidente, informa que passou pela comissão 1. A Sra. Presidente diz que a comissão
212 1 não aprovou sem que houvesse a explicação necessária. A Sra. Rejane informa que
213 esta verba é para ser utilizada em uma campanha contra o trabalho infantil, pois já
214 tem um recurso aprovado pelo CMDCA para folders e etc., só que não abrange o
215 recurso necessário para a divulgação em TV e rádio, então este recurso do FMAS irá
216 complementar. A Sra. presidente coloca em votação que o saldo
217 reprogramado repassado e empenhado para a SECOR seja apresentado
218 e aprovado pela assembleia. O Sr. Leandro Vice-Presidente faz uma proposta
219 de outra opção para votação que se aguarde a apresentação da SEAS do Saldo
220 Reprogramado onde terá explicações por cada piso. A Sr. Presidente Maria de Lourdes
221 coloca em votação as duas sugestões: 1ª a do Sr. Leandro Vice-Presidente que se
222 aguarde a apresentação do Saldo Reprogramado e a 2ª como sugere a Sra. Maria de
223 Lourdes Presidente que se faça um ofício para a SEAS pedindo esclarecimentos sobre a
224 utilização deste recurso. Colocado em votação a 1ª proposta sugerida pelo Sr. Leandro
225 Vice-Presidente, teve 06 votos e a 2ª proposta sugerida pela Sra. Maria de Lourdes
226 Presidente obteve 09 votos. Isto posto, será emitido um ofício a SEAS. Dando
227 continuidade a Sra. Ana Paula salienta que está apresentando apenas os valores, o
228 plano de aplicação será apresentado posteriormente. Esta apresentação encontra-se
229 anexa a esta ATA. Voltamos ao **Item 2 – Relato das Comissões Temáticas:** a Sra. Luana
230 fez o relato da comissão 2, o mesmo se encontra na íntegra no livro ata da comissão 2.
231 A Sra. Juliana fez o relato da comissão 3, o mesmo se encontra na íntegra no livro de
232 ata da comissão 3. A Sra. Maria de Lourdes Presidente pede que os outros relatos das
233 comissões sejam lidos na próxima assembleia, pois temos uma pauta extensa.
234 Voltamos ao **Item 4 - Apreciação do Relatório de Execução Física dos atendimentos**
235 **prestados pelos serviços da Secretaria de Assistência Social: CRAS, CENTROS DA**
236 **JUVENTUDE, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, CENTROS COMUNITÁRIOS,**

237 **CREAS, CREAS POP, CASA DE ACOLHIMENTO (SEACOLHE – AIF E SEACOLHE – CA),**
238 **ABRIGOS INSTITUCIONAIS, FAMÍLIA ACOLHEDORA E REPÚBLICAS – 3º e 4º Trimestre/**
239 **2013.** A Sra. Magali, SEAS, fez a apresentação do 4º Trimestre e a mesma se encontra
240 no anexo desta ATA. A Presidente Sra. Maria de Lourdes informa que já havia
241 agendado com a Secretária Sra. Rosana Russo uma reunião para ser discutida a
242 Resolução Normativa 195/2010 do CMAS – referente aos Benefícios Eventuais, por
243 incompatibilidade de agenda estaremos remarcando, pois esta discussão é que este
244 auxílio passe para a COHAB. A Sra. Magali informa que em dezembro de 2013 boa
245 parte das famílias já passaram para a COHAB, principalmente aquelas da Vila Telma
246 que recebiam desde 2010, estão recebendo pela COHABE desde janeiro/2014. A Sra.
247 Rejane apresentou os dados e o mesmo se encontram no anexo desta ATA. **Item 5 -**
248 **Apreciação e Deliberação do Relatório de Gestão Municipal 2013.** O Sr. Leandro Vice-
249 Presidente informa que a partir do momento que já aprovamos trimestralmente a
250 execução física, automaticamente já aprovamos o Relatório de Gestão apresentado
251 pela SEAS no ano de 2013 – aprovado pela plenária. **Item 6 - Apresentação do serviço**
252 **de acolhimento em Residência Inclusiva e do fluxo de atendimento e**
253 **encaminhamento** – A Sra. Flávia Domênica fez a apresentação, no ano passado a SEAS
254 fez o termo de aceite para uma nova residência inclusiva e o reordenamento de outra
255 casa, então conveniou com a ONG 30 de Julho – que é a casa nova, localizada na Av.
256 Pinheiro Machado nº 125, e atende o público de 18 até 29 anos. E propusemos a ONG
257 Casa do Paraplégico o reordenamento da entidade para se tornar uma residência
258 inclusiva, e atende o público de 30 até 59 anos. Este aceite inclui uma nova equipe
259 técnica, que é o coordenador, assistente social, psicólogo e o terapeuta ocupacional
260 além dos cuidadores e dos auxiliares dos cuidadores e o que eles chamam de
261 empregados domésticos que nós chamamos de auxiliar de serviços gerais. Este é um
262 serviço de acolhimento provisório, faz parte do reordenamento de forma a acabar com
263 a ideia de morar infinitamente, segregar o convívio com a família, com a sociedade.
264 Todas estas pessoas que moram na residência inclusiva serão cuidadas e
265 imponderadas na sua autonomia e no vencer barreiras que limitam sua deficiência e o
266 retorno a sua família, caso haja, ou para vivência de forma autônoma para que este
267 pessoa faça parte da vida comunitária, que ela tenha acesso os espaços públicos. Hoje
268 temos 5 acolhidos na residência do 30 de Julho, este público migrou do serviço de
269 acolhimento para criança e adolescente, que estavam no SEABRIGO CA e no Lar Santo
270 Exedito, é um público adulto e foi feito um acordo com o Ministério Público de que
271 este público permaneceria no serviço até que abrisse a residência inclusiva, temos
272 cinco vagas em aberto. Foi separado em faixa etária para ser trabalhado o momento
273 em que cada um vivencia, são mistas. Na Casa do Paraplégico já tínhamos um público
274 majoritariamente masculino e tínhamos também a presença de idosos na casa, o
275 reordenamento além de adequar a disposição física e a acessibilidade da casa tem
276 toda uma nova concepção de como trabalhar. A residência inclusiva atende o público
277 de 18 até 59 anos com qualquer tipo de deficiência e não com transtorno mental, por
278 isto a importância do laudo médico apontando qual o tipo de deficiência que a pessoa
279 possui, que não tenha retaguarda familiar, que não tenha condições de auto
280 sustentabilidade, que seja preferencialmente público do BPC e que esteja em violação
281 de seus direitos. A residência inclusiva é uma moradia, mas antes disto é um serviço de
282 acolhimento para pessoas que estejam em vulnerabilidade em situação de risco e que
283 tenham uma deficiência, é feito um PIA – Plano Individual de Atendimento, pois

284 devemos planejar como vai ser à saída desta pessoa da residência inclusiva, para isto
285 temos uma interfase com a Saúde, Trabalho, com a Cidadania, com todas as políticas
286 públicas que possam empoderar aquela pessoa. Estas pessoas abrigadas na residência
287 inclusiva administrada pela CEB 30 de Julho tem total autonomia em relação ao seu
288 próprio dinheiro – BPC, em média eles tem R\$30 mil reais em conta e este dinheiro é
289 utilizado para realizar seus desejos, pode ser de um passeio, de uma comida diferente,
290 e tem um técnico que irá orientar o uso deste dinheiro, o dinheiro está cada qual em
291 sua poupança e estamos tentando adotar uma prática de fazer assembleia com os
292 acolhidos porque a SEAS colocou nas residências o básico e se junto em uma
293 assembleia eles decidirem, por exemplo, instalar uma TV a cabo, deverá decidir quanto
294 cada um terá que contribuir para a mensalidade; porque não há uma normativa de
295 quanto cada um deverá contribuir. A Presidente Sra. Maria de Lourdes salienta da
296 preocupação de quem irá controlar estes recursos. A Sra. Flávia Domenico responde
297 que isto é uma questão de autonomia que deve ser construída. O maior desafio foi o
298 reordenamento da Casa do Paraplégico, pois ainda é vista como uma casa de caridade
299 onde as pessoas batem à porta e perguntam se tem vaga, e toda entrada nas
300 residências inclusivas é via CREAS, ele que irá avaliar a situação de risco e
301 vulnerabilidade e a decisão é do CREAS. A Sra. Cristina fez um questionamento com
302 relação à Casa do Paraplégico – se irá ter um treinamento para que se entenda o que é
303 uma residência inclusiva, pois ela tem um caso que foi solicitada uma vaga neste
304 entidade via Ministério Público e CREAS e na semana passada fomos conhecer a casa,
305 e nos foi passado uma informação pela própria diretoria da casa que nem eles sabiam
306 que iriam atender deficiência intelectual, pois eles estão acostumados com deficiência
307 física e não estão preparados para atender aos deficientes intelectuais. A Sra. Flávia
308 Domenico informa que todo o acompanhamento é com a coordenação e equipe
309 técnica, tem sido falado repetidas vezes para a diretoria da Casa do Paraplégico que
310 quem faz as entradas e saídas é o CREAS. O MDS propõe para residência inclusiva
311 qualquer tipo de deficiência e de ambos os sexos. Esta prevista no plano de aplicação
312 das duas residências inclusivas uma capacitação e supervisão para os cuidadores e
313 para a equipe técnica e posteriormente uma capacitação para rede de serviços. A
314 Presidente Sra. Maria de Lourdes diz que estamos num processo de construção e o
315 conselho deverá se apropriar e fazer o acompanhamento, como também visitar
316 auxiliando no processo de construção. A Sra. Flávia Domênica informa que existe um
317 documento no site do MDS chamado – Perguntas e Respostas – onde tem toda a
318 explicação deste público até como trabalhar com o reordenamento da casa. **Item 8 –**
319 **Informes do Gestor:** O Sr. Leandro Vice-Presidente informa que o MDS ofereceu mais
320 um aceite para o município para o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes
321 e jovens até 21 anos, a proposta do Governo Federal é financiar o serviço de
322 acolhimento e foram fornecidas 90 vagas e estas vagas são as que hoje nós temos nas
323 entidades conveniadas que seriam: 20 da Casa da Criança, 20 no Santo Expedito, 20 na
324 Vó Benedita, 20 do serviço da SEAS enquanto abrigo público e 10 do Educandário
325 Anália Franco; a proposta do Governo Federal é o repasse de R\$ 5 mil Reais ao mês
326 para cada 10 vagas conveniadas, perfazendo um repasse de R\$ 45 mil Reais mês, o
327 objetivo é mais recursos para este serviço de acolhimento a crianças, adolescente e
328 jovem. A plenária aprovou o aceite. **Item 9 – Informes do CMAS:** A Sra. Adriana,
329 Secretária Executiva, informa que o CMAS irá publicar até a próxima semana um edital
330 de chamamento a respeito da vacância de conselheiros nos segmentos trabalhadores e

331 usuários, pois já foi feito o levantamento de falta e temos uma representante que
332 faltou 3 vezes seguidas e pelo nosso Regimento Interno esta pessoa deixa de ser
333 conselheira. Nós teremos a reunião do CONGEMAS Nacional que acontecerá nos dias
334 28, 29 e 30 de abril em Cuiabá/Mato Grosso. A Presidente Sra. Maria de Lourdes
335 coloca para a plenária a votação dos conselheiros que irão participar, a mesma
336 aprovou os seguintes conselheiros: Sra. Maria de Lourdes Braz Joaquim, Sra. Flávia
337 Valentino, Sr. Tiago Luis da Silva e a Secretária Executiva Sra. Adriana Maria Fraga
338 Lopes. A equipe da vigilância socioassistencial irá representando a SEAS. Sairemos no
339 dia 27 de abril e retornaremos no dia 30 de abril. A Presidente Sra. Maria de Lourdes
340 pede a palavra e socializa com os demais da plenária sua preocupação com três
341 crianças que diariamente estão sendo vistas no semáforo fazendo malabares em troca
342 de esmolos, pois os mesmos ficam na frente do carro mesmo quando o sinal está
343 aberto chegando a parar o carro; ao ligar para o 0800 177766 o guarda municipal disse
344 que não iria atender porque quando eles chegam com a viatura as crianças fogem;
345 então perguntei onde está o serviço de orientação de formação de vínculos, mas o
346 guarda municipal disse que irei ver se poderia passar pois este serviço passou para eles
347 mas não era obrigação deles, depois de muito insistir ele ficou de ligar para o serviço
348 de abordagem. A Sra. Rejane informa que este grupo já houve outras denúncias e
349 estes meninos não são de Santos, mas de qualquer forma entraremos em contato com
350 o ONG Estrela do Mar para reestruturar este trabalho de abordagem; mas a guarda
351 municipal tem a obrigação de passar o telefone sim. **Item 10 - Informe do Gestor:** Não
352 houve nenhum informe. **Item 11 – Assuntos Gerais:** Não houve nenhum informe. Sem
353 mais assunto a tratar, a Assembleia foi encerrada pela Presidente e eu Flávia
354 Valentino, lavrei a presente ata, a qual se apresenta assinada por mim e pela
355 Presidente, Sra. Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques.

356

357

358 Maria de Lourdes Braz Joaquim Velasques

Flávia Valentino

359 Presidente

1ª Secretaria